



A POLÍTICA DO PROEJA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: REFLEXÕES PARA A PRÁTICA DE ENSINO

Mariglei Severo Maraschin – IF Farroupilha - UFSM¹

Resumo: O presente painel visa discutir a política do PROEJA, o projeto político pedagógico a luz do documento base do programa e construir reflexões acerca da prática de ensino tanto dos cursos de licenciatura ministrados nos institutos federais como nos cursos PROEJA. Verificar o que apresenta o documento base em relação ao projeto político pedagógico para os cursos PROEJA para construir reflexões sobre a política e a prática de ensino no/para o PROEJA e as licenciaturas é objetivo deste trabalho. Através da metodologia análise textual discursiva, buscou-se compreender o que o documento base traz sobre o PPP dos cursos na modalidade PROEJA. Conclui-se que tanto a partir da prática de ensino desenvolvida nesses cursos, como pelos objetivos dos institutos federais é viável desenvolver experiências de currículo integrado, permitindo trazer a tona o debate sobre educação e trabalho para formação dos sujeitos dos cursos PROEJA, através da pesquisa e do ensino desenvolvida nesta instituição. Pensar a vida e o trabalho dos estudantes dos cursos, propondo intervenções pedagógicas inovadoras é o desafio pedagógico fundamental.

Palavras-chave: PROEJA; PROJETO-POLÍTICO-PEDAGÓGICO; LICENCIATURAS.

PROEJA

O Programa Nacional da Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade educação de jovens e adultos é uma realidade nas instituições federais de ensino profissional desde o ano de 2005, quando foi instituído o primeiro decreto, o 5478/2005 que foi substituído pelo 5840/2006. Na história de luta da educação de jovens e adultos, o PROEJA é visto como uma conquista, primeiro por trazer uma formação profissional e segundo pela obrigatoriedade de oferta na rede federal.

Mas, simplesmente ter matrículas e cursos PROEJA nas instituições federais não garantem a qualidade de ensino para jovens e adultos. É preciso olhar para os projetos pedagógicos dos cursos para verificar se eles estão dando conta da proposta social e inclusiva que o programa se propõe.

Nesse sentido, busco fazer uma análise do capítulo 4 do documento Base do PROEJA lançado em 2007, que se refere ao projeto político-pedagógico dos cursos e trazer reflexões

¹ Doutoranda em Educação – UFSM.

tanto para os cursos na modalidade PROEJA como para os cursos de licenciatura ministrados nos institutos.

A prática de ensino no PROEJA está carente de experiências significativas abrangendo a articulação da EJA com a Educação Profissional e proporcionando a verticalização do ensino. Por isso, apresento primeiro aspectos do documento base que versa sobre o PPP dos cursos, destacando sob a metodologia análise textual discursiva, aspectos que são fundamentais para o currículo dos cursos. Depois construo reflexões sobre a prática de ensino no PROEJA, bem como sobre o diferencial da formação de professores nos institutos através das licenciaturas que podem transformarem-se em laboratórios de aprendizagem do currículo integrado, da EJA e da educação profissional.

Projeto Político Pedagógico

O documento Base do PROEJA lançado no ano de 2007, após a instituição do 2º decreto que coloca a educação profissional na possibilidade de articulação com a educação de jovens e adultos traz orientações e concepções para o programa. Nesta parte apresentarei os aspectos do capítulo 4 do documento, denominado projeto político-pedagógico integrado e relacionarei com autores que defendem o currículo integrado.

O capítulo inicia destacando que apesar dos Decretos 5154/04 e 5840/06 também preverem a forma concomitante de desenvolvimento do PROEJA é a forma integrada que deve prevalecer. Aponta-se para que mesmo que mais de uma instituição participem do programa é o projeto político-pedagógico único que deve ser ofertado.

O documento se baseia no conceito de Ciavatta (2005) para explicar como compreende o currículo:

Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, in BRASIL, 2009, p. 40)

O documento acrescenta:

O que se pretende é **uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas**. Refere-se a **uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer**. Em relação ao currículo, pode ser traduzido

em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional. (ibidem, p.41)

Por isso, é necessário estabelecer a relação entre educação profissional, ensino médio e EJA, pensando a intervenção pedagógica para esta modalidade, sempre tendo em vista a compreensão/inserção no mundo do trabalho.

O grande desafio dessa política é a construção de uma identidade própria para novos espaços educativos, inclusive de uma escola de/para jovens e adultos. Em função das especificidades dos sujeitos da EJA (jovens, adultos, terceira idade, trabalhadores, população do campo, mulheres, negros, pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre outros), a superação das estruturas rígidas de tempo e espaço presentes na escola (ARROYO, 2004) é um aspecto fundamental. (BRASIL, 2009, p. 42)

Fica claro que o documento traz muitos elementos que exigem a construção de um projeto específico, comprometido e inovador de ensino de jovens e adultos. É fundamental, para isso, que se construa um novo projeto educativo, “expresso em um currículo transformado e transformador” (CIAVATTA, 2011, p. 12). Este currículo para a autora supõe romper com os parâmetros tradicionais, sem ignorar as experiências que os alunos jovens e adultos trazem como marca e como potencialidade para o espaço educativo e as experiências anteriores de escolaridade, de vida e de trabalho. Essa dinâmica é reforçada pelo documento quando reforça a importância de resgatar as histórias de vida e os saberes dos trabalhadores:

Nesses espaços, os saberes produzidos são também reconhecidos e legitimados, e evidenciados por meio de biografias e trajetórias de vida dos sujeitos. Compreende-se que são eles decorrentes dos variados espaços sociais que a população vivencia no seu estar e ser no mundo, seja cultural, laboral, social, político e histórico. Portanto, o currículo integrado é uma possibilidade de inovar pedagogicamente na concepção de ensino médio, em resposta aos diferentes sujeitos sociais para os quais se destina, por meio de uma concepção que considera o mundo do trabalho e que leva em conta os mais diversos saberes produzidos em diferentes espaços sociais. Abandona-se a perspectiva estreita de formação para o *mercado de trabalho*, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo. (BRASIL, 2009, p. 42-43)

Assumir estas posturas e concepções é fundamental. Por isso é necessário conhecer os sujeitos, ouvir suas histórias e saberes. E isto não é tarefa apenas dos docentes dos cursos. Os gestores precisam assumir o PROEJA, acompanhando e possuindo uma visão global, assim como os demais servidores sejam sensíveis e compreendam a realidade da EJA.

O documento apresenta por meio da legislação a importância da vinculação entre educação e trabalho e:

Isto significa que não se pode tratar a formação como algo exclusivamente do mundo do trabalho ou do mundo da educação. Trata-se de percebê-la como um ponto de intersecção, para o qual devem confluír diversas abordagens e contribuições, entre elas a dos sujeitos trabalhadores. (BRASIL, 2009, p. 46)

Machado (2010) destaca que uma das propostas de ação didática integrada é “recorrer aos desafios do desenvolvimento local como significador do currículo” (p. 89) A autora acrescenta: “nesse contexto, especial importância é dada aos projetos de formação e qualificação para o trabalho, de constituição de microempresas, de fomento de cooperativas e de formas associativas autônomas de trabalhadores.” Assim, acredito ser importante buscamos em Antunes (2005) aspectos significativos para entender a nova morfologia do mundo trabalho:

Essa nova morfologia do mundo do trabalho tem como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx, [...]), e não se restringe ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social e do trabalho coletivo assalariado. Como o trabalhador produtivo é aquele que produz diretamente mais-valia e que participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora. E é preciso acrescentar que a moderna classe trabalhadora também inclui os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo no processo de valorização do capital. Todavia, como há uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo, e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, a noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje. (p. 60)

O documento, analisado traz aspectos que confluem para o que o autor acima defende, quando destaca que a formação deve ser social e profissional:

Nessa intersecção, que compreende múltiplas dimensões, a qualificação nunca é apenas “profissional” (dimensão técnica), mas sempre “social” (dimensão sociolaboral). Pode-se falar, portanto, em qualificação social e profissional para denominar as ações de formação voltadas para uma inserção autônoma e solidária no mundo do trabalho. A qualificação social e profissional permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas (BRASIL, 2003, p. 24). Para isso, faz-se necessário no decorrer do processo formativo “a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável, a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento. Isso possibilita a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população” (BRASIL, 2005, p. 20-21).

Nesse contexto é que corroboro com a ideia de Antunes (2009) na introdução do livro de Mészáros “A crise estrutural do capital”, que “criar um modo de produção e vida profundamente distinto do atual é, portanto, um desafio vital lançado por Mészáros.”(p. 15)

A construção de um modo de vida dotado de sentido recoloca, neste início do século XXI, a necessidade imperiosa de construção de um *novo sistema metabólico*, de um novo modo de produção baseado na atividade autodeterminada, na ação dos indivíduos livremente associados (Marx) e em valores para além do capital. A atividade baseada no tempo disponível para produzir valores de uso socialmente úteis e necessários – contrária à produção baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para a reprodução do capital – torna-se vital. (ANTUNES, in MÊSZAROS, 2009, p. 15)

Assim, fica claro a urgência de trazer para o currículo dos cursos a discussão sobre o trabalho e a vida do trabalhador. Isso porque há um aparente silêncio sobre o tema trabalho nos currículos. (CIAVATTA, 2011)

Há uma lacuna nos currículos, uma ausência que se manifesta em todos os níveis de escolaridade, inclusive nas universidades que formam profissionalmente as diversas categorias de trabalhadores de alto nível (médicos, engenheiros, advogados, etc). Mas os jovens vão ao ensino médio, profissional e técnico, a EJA ou ao ensino tecnológico e superior em busca de formação e de preparação para ingressar no mercado de trabalho, cuja natureza profunda e contraditória não é discutida, salvo em temas específicos do pensamento marxista. (CIAVATTA, 2011, p. 6)

Nesse sentido, é importante verificar se os currículos dos cursos PROEJA estão trazendo a discussão sobre o trabalho, se estão refletindo sobre os processos produtivos, mostrando o processo histórico das relações de trabalho, promovendo a ação-reflexão dos alunos.

Sobre a organização curricular o documento base é claro colocando que esta não é dada a priori, que é uma construção contínua e processual que envolve todos os envolvidos no Programa. Da mesma forma enfatiza que a EJA abre possibilidades de superação de modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos.

Define-se, então, o currículo como um desenho pedagógico e sua correspondente organização institucional à qual articula dinamicamente experiências, trabalho, valores, ensino, prática, teoria, comunidade, concepções e saberes observando as características históricas, econômicas e socioculturais do meio em que o processo se desenvolve. “Antes de ser uma proposta pré-definida, o currículo orienta-se pelo diálogo constante com a realidade”. (BRASIL in BRASIL, 2009, p. 49).

O documento apresenta várias possibilidades de abordagens metodológicas: abordagens embasadas na perspectiva de complexos temáticos; abordagem por meio de esquemas conceituais; abordagem centrada em resoluções de problemas; abordagem mediada

por dilemas reais vividos pela sociedade e abordagem por áreas do conhecimento. Esta última destaca-se que nos exemplos trouxe sempre o trabalho junto a área. Reforça-se também a importância dada ao planejamento construído e executado de maneira coletiva e democrática, mediados por meio dos encontros periódicos entre os sujeitos envolvidos.

Para desenvolver estas práticas, a ocorrência de reuniões periódicas entre os professores e com a participação dos estudantes tem demonstrado ser uma chave para o sucesso do PROEJA. Assim é um grande desafio a efetivação do currículo integrado, é uma caminhada, uma conquista, pois vai além de organizar um currículo, um curso.

Transformar o projeto de formação integrada em uma experiência de democracia participativa e de recriação permanente. Ela não ocorre sob o autoritarismo, porque deve ser uma ação coletiva, já que o movimento de integração, é necessariamente, interdisciplinar. Requer que os professores se abram à inovação, a temas e experiências mais adequados à integração. Idéias em curso nas escolas são, por exemplo, projetos que articulam arte e ciência; projetos de iniciação científica; componentes curriculares voltados para a compreensão dos fundamentos sócio-políticos da área profissional e o horizonte além das rotinas escolares. (CIAVATTA, 2011, p, 16)

Nessa construção dinâmica, percebe-se e o documento traz como fundamentais a questão da organização dos tempos e espaço e a avaliação. A primeira, é trazida a necessidade do processo de ensino-aprendizagem extrapolar os espaços escolares, ocorrendo também em espaços físicos diferenciados envolvendo métodos e tempos próprios. Estas atividades precisam ser contempladas no projeto do curso, que organiza a vida do educando e também oportuniza a possibilidade do aluno permanecer no curso em tempo diverso do previsto, se assim for necessário. Ao aluno da EJA é garantido a entrada e saída do curso em qualquer tempo desde que sejam verificadas suas condições de ingresso e o domínio de conhecimento atingido, em confronto com os objetivos definidos para o curso.

À segunda é necessário especial compromisso do educador em acompanhar e mobilizar os alunos para a aprendizagem. Destacam-se as dimensões diagnóstica, processual, formativa e somativa no reconhecimento da situação em que se encontra o aluno, verificando os obstáculos que o impedem de ser mais. E nesse contexto concordo com o seguinte parágrafo:

O que importa é que não se reproduzam, pela avaliação, as exclusões vigentes no sistema, que reforçam fracassos já vivenciados e corroboram a crença internalizada de que não são capazes de aprender, substituindo esse modelo pela ratificação da auto-estima que qualquer processo bem-sucedido pode produzir, reafirmando a disposição da política de cumprir o dever da oferta da educação com qualidade, devida a tantos brasileiros pelo Estado. (BRASIL, 2009, p. 49).

Portanto, é notório, que não só pelo processo de avaliação, mas por todos que envolvem a construção pedagógica do currículo integrado é preciso romper com antigas práticas assumindo um trabalho coletivo e coerente com as necessidades dos jovens e adultos que procuram o PROEJA para mudarem de vida e ampliarem a concepção de mundo e de trabalho. O currículo integrado é a alternativa para esta construção, mas para isso deve ser entendido, defendido e viabilizado pelas instituições. E o projeto pedagógico do currículo integrado precisa considerar a diversidade, não trabalhando com a concepção de aluno modelar.

Percebe-se que é desafio a implementação do currículo integrado para além do projeto pedagógico, pois muitas vezes ao verificarmos os projetos pedagógicos dos cursos consta-se como “integrado”, mas na prática se reproduz antigas experiências. Para isso, é necessária uma ação conjunta que parte da construção e planejamento do currículo, e ultrapassa a prática solitária dos docentes, assumindo um compromisso com a aprendizagem, a reflexão e a construção de novos conhecimentos e tecnologias. Somente uma prática comprometida é capaz de motivar alunos e comunidade na busca de significados e sentido para a aprendizagem.

Prática de Ensino

Nesta parte do artigo gostaria de trazer aspectos, a partir do que foi apresentado no Documento Base para a prática de ensino do/para o PROEJA. Identifico como do PROEJA, a prática nos cursos dessa modalidade e para o PROEJA, a prática das licenciaturas, na formação do professor para o ensino no PROEJA. Assumo também este aspecto por acreditar que ao envolverem-se com cursos de licenciaturas os institutos federais precisam criar espaços de referências no ensino. Ser referência no ensino e pesquisa da educação de jovens e adultos articulada com a educação profissional é fundamental para que tanto se vença uma carência na área como se crie experiências inovadoras e significativas.

Sabe-se que hoje os profissionais que vão atuar tanto na EJA como no PROEJA dificilmente tiveram formação para tal. Da mesma forma, observa-se que os cursos têm apresentado velhos problemas como a evasão e as dificuldades de aprendizagem. Então, questiona-se o que fazer para construir uma prática de ensino inclusiva e inovadora nos cursos PROEJA?

Primeiro, é importante investir em processos formativos contínuos nas diferentes modalidades dos cursos de modo a garantir a efetivação do currículo integrado. Em segundo, aposto na aproximação dos cursos de licenciaturas dos cursos PROEJA propondo pesquisa, práticas profissionais e intervenções pedagógicas. Como se aprende currículo integrado? Com discussão teórica, mas também com experiência e discussão da prática.

Nos cursos de licenciatura temos a oportunidade de pensar e discutir a relação entre educação profissional, ensino médio e EJA, propondo intervenções pedagógicas para estas modalidades. Da mesma forma, é possível preparar os professores para visualizar e compreender a inserção no mundo do trabalho, assim como ensinar a ter um diálogo constante com a realidade.

Para isto é necessário instrumentalizar os professores a construírem o planejamento e a prática de maneira coletiva e democrática, da mesma forma é importante criar tempos e espaços diferenciados garantindo a aprendizagem do jovem e adulto. A avaliação também é um processo fundamental para diagnosticar, repensar e reconstruir a prática de ensino.

Assim dois aspectos são importantes: a questão da licenciatura e do PROEJA nos institutos serem espaço de inovação pedagógica e de preparação para inclusão. E isso se constrói com pesquisa:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1999, p.32)

Ao receber os alunos de diferentes idades e que buscam no instituto uma mudança de vida, os docentes precisam estar preparados para fazerem diferente e mostrarem outra alternativa de ensino e de vida. Para isso, um projeto pedagógico construído e coerente com as necessidades é fundamental.

Reflexões necessárias

Diante dos aspectos discutidos a partir do documento base em relação ao projeto pedagógico dos cursos PROEJA é fundamental garantir espaços para pensar, discutir e garantir o currículo integrado. Nesse sentido, os processos de planejamento e avaliação são pontos chave. Ao pensar o currículo já se tem a possibilidade de colocar os conhecimentos interligados e comprometidos com a autonomia e coletividade dos sujeitos. Isso facilita o andamento da prática e com um processo avaliativo permanente ajuda tanto os docentes como

os estudantes a perceberem-se na caminhada. O desafio é, além da integração dos conhecimentos, integrar práticas educativas.

Nesse sentido, retomo a necessidade de aproximação dos cursos PROEJA e de licenciatura para ambos crescerem junto, construir experiências novas, visto que historicamente tanto a EJA como os cursos de formação de professores não tiveram políticas contínuas:

Na história da educação brasileira, a formação dos profissionais da educação esteve quase sempre no plano dos projetos inacabados ou de segunda ordem, seja por falta de concepções teóricas consistentes, seja pela ausência de políticas públicas contínuas e abrangentes. A fragilidade nas ações de valorização da carreira concorre para agravar esse quadro, haja vista a grande defasagem de profissionais habilitados em determinadas áreas. (MEC, 2012, p. 2)

Agora, a EJA, a educação profissional e as licenciaturas dos institutos federais estão tendo a oportunidade de caminharem juntas, de dialogarem e de promoverem propostas conjuntas. Ambas podem discutir integração curricular, na perspectiva dialógica, emancipatória e inclusiva e planejar e agir conjuntamente nas propostas de ensino, pesquisa e extensão.

A organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação que neles atuam um espaço ímpar de construção de saberes, por terem a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino; em diferentes níveis da formação profissional, assim como buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (MEC, 2012, p. 4)

Assim, conclui-se que para dar conta do que o documento base traz a respeito do projeto pedagógico integrado do PROEJA, bem como das reflexões construídas ao longo desse texto a respeito da prática de ensino nos cursos PROEJA e nas licenciaturas é importante discutir o elo que há entre educação e trabalho e trazer a concepção de trabalho para o cotidiano dos cursos PROEJA. O referido programa precisa unir escola e trabalho, refletindo sobre todas as relações que convergem a existência humana e os processos do mundo do trabalho. E esta discussão está presente também nos cursos de licenciatura. E Lucília Machado tem contribuído para este debate:

Para formar a força de trabalho requerida pela dinâmica tecnológica que se dissemina mundialmente, é preciso um outro perfil de docente capaz de desenvolver pedagogias do trabalho independente e criativo, construir a autonomia progressiva dos alunos e participar de projetos interdisciplinares. (Machado, 2008, p.16)

E é no cotidiano dos institutos federais que podemos propor o estabelecimento de tempos e espaços para discussão, planejamento e avaliação de práticas do/no PROEJA, da mesma forma que avaliamos e estabelecemos o papel dos institutos no desenvolvimento da política de EJA integrada a Educação Profissional. Penso que além de ser referência no oferecimento dos cursos, assumimos o compromisso de desenvolver pesquisas na área, participar do desenvolvimento de projetos de formação continuada coerente com os princípios do programa, trazer para o currículo dos cursos de licenciatura reflexão e pesquisa no PROEJA e no currículo integrado.

Assumir a política de educação básica integrada a formação profissional, na modalidade de jovens e adultos como direito ao ensino fundamental e médio formando profissionais que se comprometem com estas lutas, e que sejam capazes de propor organização aos setores que não tem acesso a políticas públicas, bem como criem espaços de alternativas de geração de renda para a população de EJA é um caminho para a gestão dos IFs.

Ao se debruçar sobre estas questões os estudantes das licenciaturas estarão vivenciando a importância de estudos e organizações de prática de currículo integrado, trazendo a vida e o trabalho para discussão e organização. Assim, ao encerrar as reflexões trazidas por este painel gostaria de concordar com Nascimento et AL (2011) , que fala que a política do PROEJA mais que um desafio político é um desafio pedagógico.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha** – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. SP: Boitempo Editorial, 2005

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base PROEJA**. Brasília: MEC, 2009.

_____. Lei 9394/96 de 20.12.96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília (DF): Diário Oficial da União. nº 248 de 23.12.96.

_____. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica, **Parecer Nº 11, de maio de 2000**

_____. **Decreto nº 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF

_____. **Decreto nº 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica ao na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF

_____. **Decreto 5154/2004** de 24 de junho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências, Brasília, DF

CIAVATTA, Maria. **A reconstrução histórica de trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada – Ensino Médio e EJA**. Texto para diálogo no CTISM – UFSM, no prelo, 2011

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

MACHADO, Lucília. Ensino Médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline e COL. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010

_____. **Diferenciais Inovadores na Formação de Professores para a Educação Profissional**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf
Acesso em 24/02/2012

MEC. **Contribuições para o processo de construção dos Cursos De Licenciatura dos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf . Acesso em 25/02/2012

MÈSZAROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009

NASCIMENTO, Elaine Cristina ET al. O tempo e a EJA no PROEJA: o espaço entre os planos de curso e os sujeitos in **PROEJA: educação profissional integrada à EJA: questões políticas, pedagógicas e epistemológicas**. Org. Domingos Leite Lima Filho ET AL; 1 ed. – Curitiba: Ed. UTFPR, 2011